



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

EDITAL N.º 051/2025 - SME

CHAMADA PÚBLICA N.º 002/2025 - SME

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE FANFARRA ESCOLAR, PELO PERÍODO DE ATÉ 12 (DOZE) MESES, CASO HAJA NECESSIDADE, PRORROGÁVEL CONFORME AUTORIZADO PELA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Birigui, por meio da Secretaria Municipal de Educação, receberá pela Internet, no *link* www.semebi.com.br/credenciamento002-2025, as inscrições para **Credenciamento de Pessoas Físicas para Prestação de Serviços de Instrutor de Fanfarra Escolar**, a fim de atuarem no âmbito das Unidades Escolares, de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 14.133/2021 e alterações posteriores, as normas e regulamentos municipais aplicáveis, as cláusulas e condições deste Edital.

1 DO OBJETO

O presente edital objetiva o credenciamento dos seguintes profissionais:

Instrutor de Fanfarra Escolar

2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Para a contratação de prestador de serviço de Instrutor de Fanfarra serão oneradas as seguintes dotações orçamentárias:

N.º 02.11.01 – 12.361.0012.2.030 / 3.3.90.36.00 – Ficha 630 – Secretaria de Educação – Recursos Municipais.



3 DAS ATRIBUIÇÕES

3.1. Compete à Secretaria de Educação - SME:

3.1.1. Elaborar o Edital de Credenciamento e esclarecer questões relativas à sua aplicabilidade;

3.1.2 Designar a Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento responsável pela avaliação da documentação e pelo credenciamento, de acordo com a sistemática estabelecida neste Edital;

3.1.3 Publicizar no Diário Oficial as listagens dos credenciados e habilitados para a efetivação das contratações;

3.1.4 Contratar os profissionais credenciados de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital;

3.1.5 Orientar as Unidades Escolares, em especial os gestores responsáveis pelo acompanhamento dos profissionais que serão contratados;

3.1.6 Designar servidor para ser responsável pelo fluxo de contratação e pagamento dos profissionais credenciados, objeto deste edital, observando e solicitando, quando necessário e em tempo hábil, a provisão orçamentária, para atendimento às referidas contratações;

3.1.7 Fazer o chamamento dos credenciados, **com observância à ordem do protocolo de inscrição on-line**, de acordo com a necessidade de contratação;

3.1.8 Verificar a documentação de contratação para instrução do processo administrativo e comunicar ao contratado quando houver parecer desfavorável à liberação do pagamento;

3.1.9 Cumprir com os prazos, no que lhe cabe acerca da contratação de credenciados deste Edital;

3.1.10 Realizar o acompanhamento das ações e avaliação das atividades.

3.2 Compete às **Equipes Gestoras das Unidades Escolares** que possuem prestador de serviços de Instrutor de Fanfarra:

3.2.1 Organizar o horário e disponibilização das atividades desses prestadores, de acordo com as atividades escolares;

3.2.2 Esclarecer e orientar sobre as normas de funcionamento contidas no Projeto Político-Pedagógico da UE;



3.2.3 Atestar as horas efetivamente trabalhadas pelos profissionais na UE (**Anexo VI**);

3.2.4 Acompanhar o desenvolvimento dos serviços, comunicando à SME sobre qualquer irregularidade ocorrida, no prazo máximo de 3 (três) dias.

3.3 Compete ao Instrutor de Fanfarra Escolar:

3.3.1 desenvolver atividades que envolvam a organização e montagem das fanfarras escolares, levando-se em conta os instrumentos disponíveis e todos os ritmos existentes, bem como a descoberta de novos talentos.

3.3.2 promover a execução de peças musicais pelas fanfarras das diversas unidades escolares, dando treinamentos e ensinando aos estudantes os princípios e regras técnicas de cada instrumento musical.

3.3.3 analisar a atuação dos alunos e seu ritmo corporal, observando-os em treinos, para detectar falhas individuais ou coletivas e carências e aptidões.

3.3.4 elaborar programas de atividades, baseando-se na comprovação de necessidades, capacidades e objetivos visado.

3.3.5 zelar pela boa conservação dos instrumentos musicais.

3.3.6 participar de eventos educacionais, concursos, cívicos e festividades previstos no calendário escolar.

3.3.7 reparar, quando possível, os instrumentos musicais, zelando por sua qualidade e seu bom estado de conservação.

3.3.8 orientar os membros da fanfarra no sentido do bom uso dos equipamentos musicais, uniformes e outros recursos disponíveis.

3.3.9 divulgar a música popular e hinário pátrio.

3.3.10 coordenar a distribuição dos alunos participantes, de forma a obter o equilíbrio e a harmonia dos instrumentos.

3.3.11 selecionar as composições musicais que poderão ser interpretadas nos grupos, tomando como referência o repertório da música popular brasileira e o repertório da música internacional, cuidando para que as composições selecionadas estejam adequadas à faixa etária e à proteção integral à criança e ao adolescente, conforme previsto no ECA (Lei nº 8.069/1990).

3.3.12 zelar pela disciplina dos encontros, aplicando os princípios básicos das questões éticas e de convivência social.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

3.3.13 executar tarefas administrativas, de planejamento e de manutenção dos instrumentos da fanfarra durante o período de férias e recesso escolares.

3.3.14 elaborar, promover e executar outras atribuições afins.

4 DO PERFIL E FORMAÇÃO DO CANDIDATO

- a) possuir, no mínimo, 18 anos completos;
- b) possuir a formação mínima (ENSINO MÉDIO) exigida para a prestação do serviço;
- c) possuir diploma, certificado ou declaração de curso na área da Música;
- d) possuir documento (cópia de carteira de trabalho, contratos, certidões, declarações ou publicações oficiais) que comprove a **experiência mínima de 06 (seis) meses na área da Música** (atividade profissional, trabalho voluntário, projetos educacionais, culturais e sociais etc.);
- e) declarar-se detentor de competências suficientes para atuar como Instrutor de Fanfarra Escolar.

5 DA REMUNERAÇÃO

5.1 Uma vez contratado, o profissional receberá por hora (sessenta minutos) de serviço efetivamente prestado, conforme tabela, a seguir:

Funções	Carga Horária Diária Prevista (poderá ser inferior, a depender da demanda concreta)	Valor da hora de trabalho
Instrutor de Fanfarra Escolar	8h	R\$ 25,00

5.2 O valor a ser pago pela hora de trabalho efetivamente realizado abrangerá **todos os custos e despesas direta e indiretamente envolvidos, não sendo devido nenhum outro valor ao contratado**, seja a que título for.

5.3 Sobre o valor recebido incidirão descontos previstos em lei, a depender da forma de contratação.



5.4 As condições de reajustamento pactuadas poderão ser alteradas em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie.

6 DAS INSCRIÇÕES

6.1 No dia da data da publicação do Edital de Credenciamento, a partir das 8 horas, os interessados poderão efetuar suas inscrições.

6.2 As inscrições **permanecerão abertas enquanto o Edital estiver vigente, podendo os interessados se inscrever a qualquer tempo.**

6.2.1 Caso necessário, a Comissão Especial poderá, a qualquer tempo, reunir-se para análise documental dos inscritos.

6.3 A inscrição e o credenciamento não estabelecem quaisquer obrigações da Secretaria de Educação em efetivar a contratação.

6.4 O processo de inscrição dos interessados no presente credenciamento ocorrerá na seguinte conformidade:

6.4.1 Efetuar sua inscrição, por meio do *link* disponibilizado no endereço www.semebi.com.br/credenciamento002-2025 e preencher os dados, inserir cópias em PDF dos documentos solicitados e certificações relativas às áreas de interesse.

6.4.2 O interessado deverá, no ato da inscrição, anexar cópia - em formato PDF, de todos os documentos exigidos no **item 9.1**, para avaliação da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento, sendo que:

6.4.2.1 Os documentos que tenham frente e verso ou mais de uma página deverão ser agrupados em um único PDF, para que haja apenas um PDF para cada documento a ser anexado.

6.4.2.2 Os documentos ilegíveis não serão considerados, não sendo admitida a respectiva inscrição.

6.4.3 No momento da inscrição, o candidato deverá assinalar quantas opções desejar no formulário, dentre as seguintes opções:

a) Instrutor de Fanfarra Escolar.

6.4.4 No 5º (quinto) dia útil do início das inscrições, a Comissão Especial avaliará a documentação exigida no **item 9.1** daqueles que se inscreveram **até o 4º dia útil do início das inscrições.**



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

6.4.5 Concluída a análise pela Comissão haverá a publicação no Diário Oficial da listagem dos inscritos e credenciados, após a análise documental.

6.4.6 O prazo para a interposição de recurso será de **3 (três) dias úteis** a contar do dia útil subsequente à publicação das listagens dos inscritos e credenciados.

6.4.7 Após avaliação do recurso, será publicada nova listagem dos credenciados no Diário Oficial.

6.4.8 Posteriormente, a Comissão Especial fará novas análises documentais dos candidatos remanescentes, publicando no Diário Oficial a lista correspondente e abrindo prazo de recurso conforme previsto no item 6.4.6 deste Edital.

7 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

7.1 Poderão participar e se habilitar neste Credenciamento, Pessoas Físicas que estejam de acordo com as disposições contidas neste Edital e que apresentem a documentação exigida;

7.2 Os membros da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento **e Servidores Públicos Municipais de Birigui não poderão participar do presente Credenciamento.**

8 DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO E CREDENCIAMENTO

8.1 A Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento será composta com número ímpar de integrantes, tendo, pelo menos, dois servidores efetivos;

8.2 Esta Comissão será responsável pela avaliação da documentação apresentada e pelo credenciamento, de acordo com o estabelecido neste Edital.

8.3 A análise das propostas de credenciamento serão conduzidas pelos Membros da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento, nomeada por **portaria da Secretaria Municipal de Educação.**

8.4 A comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância do requerimento, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado.

8.5 A Comissão de Avaliação e Credenciamento poderá ainda, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, bem como solicitar documentos complementares.



9 DAS CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO

O processo de credenciamento se dará em duas etapas distintas, sendo:

- *Primeira etapa* - inscrições e apresentação de documentação;
- *Segunda etapa* - análise documental realizada pela Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento.

9.1 Primeira etapa: inscrições e apresentação de documentação

Os interessados deverão realizar sua inscrição, por meio do link www.semebi.com.br/credenciamento002-2025, anexando, os seguintes documentos, em arquivo PDF (um PDF para cada documento), no ato da inscrição via internet:

9.1.1 Documento de Identidade com foto (CNH, RG, CTPS ou Passaporte);

9.1.2 Comprovante de situação cadastral do CPF, que pode ser obtido no Portal da Receita Federal: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>

9.1.3 Certificado ou Histórico Escolar de conclusão do ENSINO MÉDIO;

9.1.4 Diploma, certificado ou declaração de curso concluído na área da Música;

9.1.5 Documento (cópia de carteira de trabalho, contratos, certidões, declarações ou publicações oficiais) que comprove a **experiência mínima de 06 (seis) meses na área da Música** (atividade profissional, trabalho voluntário, projetos educacionais, culturais e sociais etc.);

9.1.6 Declarações do **Anexo IV** – formulário preenchido, datado e assinado. Observações:

- a) Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido;
- b) Não serão aceitos protocolos de solicitação de certificados ou declaração de conclusão de curso emitida pela instituição de ensino;
- c) No caso de inscrições em duplicidade, **será validada apenas a última inscrição**, de acordo com o registro do sistema;



d) Em caso de certificados expedidos no exterior: a tradução oficial do documento deve ser realizada por tradutor juramentado, que comprove a formação e a escolaridade exigida neste Edital para a função escolhida.

9.2. Segunda etapa: Análise Documental

9.2.1 A Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento procederá à conferência dos documentos de todos os inscritos, certificando-se do atendimento às exigências especificadas neste Edital.

9.2.2 A ausência ou irregularidade dos documentos obrigatórios exigidos no item 9.1 invalidam o credenciamento do candidato.

9.2.3 O resultado da análise dos documentos será publicado no Diário Oficial, em que estarão relacionados os candidatos credenciados.

9.2.4 Caberá um único recurso contra a deliberação da Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento referida no item anterior, que deverá ser dirigido à autoridade superior competente, devidamente instruído.

9.2.6 O prazo para interposição de recurso será de **03 (três) dias úteis**, a contar do dia útil posterior à data da publicação da deliberação, devendo ser protocolado via correio eletrônico, pelo endereço: educacao@birigui.sp.gov.br;

9.2.7 Interposto o recurso, a autoridade superior competente poderá rever o parecer da Comissão, sendo essa decisão publicada no Diário Oficial, **em até 10 (dez) dias úteis**.

10 DO CREDENCIAMENTO

10.1 Serão credenciados os candidatos que forem considerados aptos pela Comissão Especial de Avaliação e Credenciamento e que apresentarem toda a documentação exigida neste Edital.

10.2 A lista dos credenciados será publicada no Diário Oficial do Município de Birigui.

10.3 Os credenciados serão convocados de acordo com a necessidade da Secretaria de Educação, respeitada a ordem estabelecida em função do dia e hora da inscrição (protocolo).

10.4 O credenciamento não gera direito automático à contratação, ocorrendo somente se houver real demanda da Secretaria de Educação e somente pelo tempo estritamente necessário.



10.5 Este Edital terá vigência por tempo indeterminado, a contar da publicação do ato no Diário Oficial.

10.6 Após o término da vigência dos contratos dos credenciados poderão ser feitas novas contratações, observando-se a ordem sequencial das inscrições/protocolos.

10.7 Durante o período de validade deste Edital, será permitida a inscrição de novos profissionais, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

10.8 Cabe à Comissão Especial competente deliberar sobre o credenciamento de novo profissional - após aprovação nas duas etapas, conforme item 9 deste Edital, por meio de ato decisório a ser publicado no Diário Oficial do Município.

10.9 Realizado o credenciamento de novo profissional, nova listagem dos credenciados com a ordem de contratação atualizada será publicada no Diário Oficial.

10.10 Caso haja mais de um credenciado, será realizada nova ordem sequencial entre eles para posterior inclusão, ao final da listagem inicial e assim sucessivamente.

11 DA CONTRATAÇÃO

11.1 As contratações para Instrutor de Fanfarra Escolar serão celebradas com fundamento no artigo 74, IV, caput, da Lei Federal n.º 14.133/21.

11.2. O prazo de vigência da contratação é de até 12 (doze) meses, caso haja necessidade, podendo haver prorrogação até o limite permitido por lei, desde que comprovado o preço vantajoso e conforme interesse da Administração.

11.3 A contratação atenderá exclusivamente a necessidade e demanda da Secretaria de Educação, podendo a qualquer tempo ser informado ao credenciado o encerramento do contrato, independentemente da previsão inicial de duração da prestação do serviço.

11.4. A prorrogação contratual é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o(a) contratado(a), atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a)** Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b)** Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do(a) contratado(a) informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o(a) contratado(a) mantém as condições iniciais de habilitação.

11.5 Os credenciados, respeitando-se a ordem do protocolo de inscrição, **serão convocados pelo Diário Oficial**, conforme as necessidades das unidades escolares e da Secretaria de Educação (SME), considerando-se a intercorrência dos prazos, a seguir descritos:

- a) O credenciado terá **3 (três) dias úteis**, a contar do dia útil subsequente à data de publicação da convocação, para comparecer na Secretaria de Educação e manifestar interesse na contratação.
- b) A ausência de comparecimento do credenciado, no prazo previsto, ensejará a convocação do próximo credenciado, pela ordem do protocolo de inscrição.
- c) Em caso de comparecimento e aceite do credenciado convocado, a Secretaria de Educação deverá confirmar a contratação, **no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis**.
- d) A partir da confirmação da SME, **o contrato com o credenciado deverá ser firmado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**.

11.6 Deverão constar, no processo de contratação, as cópias das convocações do Diário Oficial.

11.7 No ato da contratação, o credenciado deverá apresentar obrigatoriamente os seguintes documentos pessoais e fiscais (que poderão ser obtidos por meio dos links indicados):

- a) Comprovante de Conta Corrente, conforme requisitado – obrigatório para efetivação da contratação;
- b) PIS/PASEP;
- c) Certidão Cadicon -
https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:102863978936344:::P3_TIPO:CPF
- d) Certidão CEIS – <https://certidoes.cgu.gov.br/>
- e) Certidão CNIA -
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form
- f) Certidão Apenados TCESP – <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apanados>
- g) Certidão Apenados Estado de São Paulo -
https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui.aspx/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

11.8 O contrato deverá conter a especificação da função a ser exercida, os dias e horários, respeitada a carga horária máxima de 8 (oito) horas diárias e 40 (quarenta) horas semanais.

11.9 O contratado receberá o valor conforme a categoria do serviço a ser executado por hora de serviço efetivamente realizado, nos termos previstos neste Edital.

11.10 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da respectiva solicitação à unidade interessada (SME) acompanhada de documentação necessária que comprove a execução do serviço realizado e regularmente atestado por servidor ou equipe responsável pelo seu acompanhamento e fiscalização, acompanhado de requerimento do prestador contratado.

11.11 Fica vetado o cometimento a terceiros (subcontratação) da execução do serviço contratado.

11.12 Excepcionalmente, depois de todos os credenciados que ainda não estão contratados serem consultados, obedecendo-se à ordem de protocolo de inscrição, não havendo interessados em assumir a vaga disponível, esta poderá ser oferecida para contratação concomitante. Nestes casos, deve-se observar a compatibilidade de horário entre as atividades.

11.13 A contratação **não gera vínculo trabalhista entre a Municipalidade e o contratado.**

11.14 A continuidade ou renovação do contrato **fica condicionada à necessidade da Secretaria de Educação, assim como à avaliação do profissional credenciado pela autoridade competente mediante relatório de acompanhamento**, respeitadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021.

11.15. A convocação dos credenciados observará a ordem de habilitação, e, uma vez alocados, os profissionais permanecerão vinculados à respectiva unidade, enquanto houver necessidades da Administração e disponibilidade do contratado, de modo a preservar a continuidade do serviço.

12 DAS PENALIDADES

12.1 Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais normas pertinentes.

12.2 O contratado estará sujeito às penalidades a seguir discriminadas:



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

12.2.1 Multa pela inexecução parcial, ou ainda, pela sua execução em desacordo com as linhas conceituais estabelecidas pela Secretaria de Educação, correspondente a 20% do valor da hora de trabalho, em relação ao qual se deu a inexecução parcial ou a execução inadequada.

12.2.2 Na inexecução parcial das atividades programadas, a área requisitante (SME) consultará o contratado sobre o interesse na realização das demais ações. Não havendo interesse, o caso será considerado como inexecução total.

12.2.3 A inexecução total das atividades programadas será passível de rescisão contratual, em consonância ao disposto no item 13 deste Edital.

12.2.4 Na ocorrência de atraso de até 15 (quinze) minutos para o início da atividade haverá desconto de 25% (vinte e cinco por cento) do valor da hora estabelecida no item 5 deste Edital.

12.2.5 Em caso de atraso superior a 15 (quinze) minutos, o contratado estará sujeito à penalidade de multa no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor do serviço considerado, para cada 5 (cinco) minutos de atraso, até o máximo de 20 (vinte) minutos. Ultrapassado tal limite, será considerada inexecutada a ação proposta e aplicada a penalidade prevista no item 12.3.

12.2.6 Pela inexecução total do contrato será aplicada a penalidade de multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Nota de Empenho;

12.2.7 Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do serviço considerado, no caso de demais descumprimentos contratuais;

12.2.8 Havendo mais de 50% (cinquenta por cento) das atividades programadas inexecutadas para o dia, a unidade interessada (SME) será consultada sobre o interesse na realização das demais ações. Não havendo interesse, o caso será considerado como inexecução total das atividades previstas para o dia;

12.2.9 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Nota de Empenho na hipótese de rescisão unilateral, observado o disposto no item 13 deste Edital.

12.3 A critério da autoridade superior competente, de forma fundamentada, a sanção de descredenciamento do contratado poderá ser aplicada conjuntamente quando evidenciada qualquer das sanções previstas nos subitens constantes em 12.2;



12.4 As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, sem prejuízo também das outras sanções previstas na legislação que rege a matéria.

13 DA RESCISÃO CONTRATUAL

O Contrato poderá ser rescindido:

13.1 Unilateralmente pela SME, de maneira justificada, nos seguintes casos:

13.1.1 Por inadimplência de cláusulas contratuais;

13.1.2 Por incapacidade técnica ou inidoneidade do Contratado;

13.1.3 No caso de ausência injustificada por 3 (três) dias ou mais;

13.1.4 Por atraso injustificado na execução dos serviços, a juízo da SME;

13.1.5 Se os serviços forem paralisados sem justa causa ou prévia comunicação à SME;

13.2 Em qualquer tempo, por mútuo acordo, com prévia comunicação entre as partes de, no mínimo, 30 dias, para evitar descontinuidade no atendimento dos estudantes;

13.3 Na ocorrência de inexecução total das atividades contratadas;

13.4 No caso de desnecessidade do serviço ou alteração no formato de sua oferta, caso em que a Secretaria de Educação comunicará o encerramento do contrato por rescisão unilateral, decorrente de interesse público superveniente;

13.5 Por motivos previstos em lei.

14 DO DESCREDENCIAMENTO

O credenciamento poderá ocorrer:

14.1 Por parte do credenciado, mediante notificação dirigida ao correio eletrônico da área requisitante (educacao@birigui.sp.gov.br), com 30 dias de antecedência;

14.2 Por parte da SME, quando evidenciada:

14.2.1 a incapacidade técnica, durante a execução do contrato, inclusive ausências injustificadas iguais ou superiores a 3 (três) dias;

14.2.2 a desistência de um contrato para assumir novo contrato em outra UE, impossibilitando a continuação do primeiro;

14.2.3 na hipótese de aplicação de penalidade prevista no item 12 deste Edital.



15 DO REAJUSTE

15.1 A critério da Administração, o valor pago da hora de trabalho poderá ser reajustado de acordo com a legislação aplicável.

15.2 Os valores inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data de publicação deste Edital.

15.3 Após o interregno de um ano, e mediante requerimento do contratado, os valores iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, considerando o estudo do impacto financeiro pela Secretaria de Educação.

15.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.5 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.6 Os preços atualizados somente poderão ser praticados após a efetiva assinatura do termo aditivo e modificativo pelas partes.

16 DOS RECURSOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

16.1 Das decisões proferidas pela Comissão caberá recurso por parte dos participantes desta Edital de Chamada Pública nº 001/2025 - SME, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e item 9.2.6 deste Edital.

16.2 O recurso recebido não terá efeito suspensivo em relação ao credenciamento.

16.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.4 Os pedidos de impugnação deste Edital poderão ser protocolizados via e-mail educacao@birigui.sp.gov.br aos cuidados da COMISSÃO (caso em que será feita a confirmação via e-mail de seu recebimento) ou no endereço da Secretaria Municipal de Educação, a Rua Anhanguera, n.º 1.155, 1º andar – Bairro Jardim Morumbi, Birigui/SP, diretamente no setor de protocolo.



16.5 Da decisão prevista no item 16.4 será dada ciência ao proponente recorrente, diretamente no e-mail e de publicação no Diário Oficial do Município.

17 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 O ato de inscrição implica a sujeição às condições estabelecidas neste Edital.

17.2 O credenciado será responsável pelas informações e documentos ofertados, excluía qualquer responsabilidade civil ou penal para a Secretaria de Educação.

17.3 O credenciado deverá manter durante toda a execução do contrato as obrigações por ele assumidas, bem como as condições de habilitação e qualificação exigidas para prestação do serviço.

17.4 Todas as atividades desenvolvidas durante a execução do contrato serão fiscalizadas pela Unidade Escolar e a Secretaria de Educação.

17.5 Para os fins deste edital, as referências à hora ou horas trabalhadas equivalem ao período integral de 60 (sessenta) minutos.

17.6 É vedado ao credenciado a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado, em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal. Em caso de acesso não autorizado ou de outras intercorrências, o credenciado deverá comunicar a Secretaria de Educação para adoção das providências dispostas na Lei Geral de Proteção de Dados.

17.7 O credenciado se compromete a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações, em especial os dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

17.8 As partes deverão observar as disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenham acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos à Contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

17.9 Os credenciados são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do Credenciamento.

17.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

17.11 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.12 O presente credenciamento não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Birigui revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do credenciamento.

17.13 O credenciamento não obriga a administração pública a contratar, conforme Decreto n.º 11.878, de 9 de janeiro de 2024. A participação no presente procedimento de credenciamento não gera para os credenciados direito subjetivo à contratação, tampouco obriga o Município a realizar contratações na sua totalidade ou em caráter contínuo, ficando a efetiva contratação condicionada à conveniência e oportunidade da Administração Pública, conforme sua demanda e disponibilidade orçamentária e financeira.

17.14 A distribuição da demanda entre os credenciados será realizada mediante ordem cronológica do credenciamento. Havendo diminuição da demanda durante a vigência do credenciamento, a Administração Pública priorizará a manutenção dos credenciados posicionados nas primeiras colocações da lista. Assim, os credenciados que ingressaram por último serão os primeiros a ter sua participação reduzida ou suspensão, conforme a necessidade administrativa, observando-se sempre a ordem cronológica de credenciamento para fins de convocação, distribuição e eventual redução da demanda. Caso o credenciado convocado não tenha disponibilidade, será chamado o próximo da lista, e assim sucessivamente.

17.15 Os candidatos intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão, sob pena de desclassificação/inabilitação.

17.16. As decisões referentes a este processo poderão ser comunicadas aos candidatos por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no portal eletrônico do Município e/ou **Diário Oficial do Município**.

17.17 A participação do proponente neste credenciamento implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



Prefeitura Municipal de Birigui

CNPJ 46.151.718/0001-80

17.18 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o de Birigui/SP.

17.19 A documentação apresentada para fins de habilitação por pessoas físicas credenciadas fará parte dos autos do credenciamento e não será devolvida ao proponente.

17.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I Estudo Técnico Preliminar

ANEXO II Termo de Referência

ANEXO III Exemplo da tela de inscrição *on-line*

ANEXO IV Declarações e Compromissos

ANEXO V Minuta do Contrato

ANEXO VI Relatório de Medição/Avaliação para Pagamento

ANEXO VII Termo de Ciência e Notificação

Birigui, 28 de julho de 2025.

FÁBIO MARIANO DA PAZ

Secretário de Educação

SAMANTA PAULA ALBANI BORINI

Prefeita Municipal